

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR005296/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/12/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023674/2016
NÚMERO DO PROCESSO: 46318.001670/2016-46
DATA DO PROTOCOLO: 06/05/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TRANSPORTE COLETIVO CIDADE CANCAO LTDA, CNPJ n. 79.118.311/0001-00, neste ato representado(a) por seu Administrador, Sr(a). ARMANDO ROBERTO JACOMELLI ;

E

FEDERACAO DOS TRAB NAS EMP DE TRANSP DE PASS DO EST DO, CNPJ n. 01.665.570/0001-63, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RONALDO JOSE DA SILVA;

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA, CNPJ n. 79.147.450/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RONALDO JOSE DA SILVA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Categoria: Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários do 2º Grupo de Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestres, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o anexo do artigo 577 da CLT, e representando também os motoristas em geral, inclusive como categoria profissional diferenciada, todos os condutores de veículos rodoviários, profissionais habilitados nas categorias, A, B, C, D e E, a teor do artigo 143, do Código Brasileiro de Trânsito, motoristas vendedores e/ou entregadores praticistas, motociclistas, manobristas, operadores de máquinas e/ou empilhadeiras e condutores de equipamento automotor destinado a movimentação de cargas, assim como representando os empregados nas empresas dos setores a seguir especificados: "Empresas de Transportadores Rodoviários das Categorias Econômicas de Transportes Rodoviários de Passageiros (municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais), Transportes Rodoviários de Cargas (municipal, intermunicipal, interestadual e internacional) em geral, carregadores e transportadores de volumes, de bagagens em geral, portos de serviço, e os empregados nas empresas que tenham, por objetivo principal ou preponderante, a movimentação física de mercadorias e bens em geral, em vias públicas ou rodovias, mediante utilização de automotores, bem como aquelas à prestação de serviço de logística, armazenagem ou integração multimodal, transportes coletivos de passageiros urbanos, metropolitanos, inclusive em automóvel de aluguel (táxi), guardadores de automóveis, empregados de agências e estações rodoviárias, transportes de passageiros por fretamento (turismo e escolares), condutores de trator de roda, trator de esteira, trator misto, condutores de equipamento automotor destinado a execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou pavimentação, habilitados nas categorias C,D e E do artigo 144 do Código Brasileiro de Trânsito, bem como todos ajudantes de motorista, como categoria similar, entendidos aqueles que, com exclusividade e em caráter permanente auxiliam o motorista em cargas, descargas e manobras, com ele permanecendo durante o transporte, empregados condutores de veículos, motoristas, como categoria diferenciada, nas empresas dos setores de: "indústrias da alimentação, indústrias do vestuário, indústria da construção e do mobiliário, indústrias urbanas (inclusive energia elétrica, água, esgoto, saneamento), indústrias extrativas, indústrias de fiação e tecelagem, indústrias de artefatos de couro, indústrias de artefatos de borracha, indústrias de joalherias e lapidação de pedras preciosas, indústrias químicas e**

farmacêuticas, indústrias do papel, papelão e cortiça, indústrias gráficas, indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmicas de louça e porcelana, indústrias de instrumentos musicais e de brinquedos, indústrias cinematográficas, indústrias de beneficiamento, indústrias de artesanato em geral e indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico". "Comércio atacadista, comércio varejista, autônomos do comércio, comércio armazenador, turismo e hospitalidade, empresas de refeições coletivas e estabelecimentos de serviços de saúde". "Empresas de comunicações, empresas jornalísticas, empresas de rádio e televisão e empresas e publicidade". Estabelecimentos bancários, empresas de seguros privados e capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada. Estabelecimentos de ensino, empresas de difusão cultural e artísticas, estabelecimentos de cultura física e estabelecimentos hípicas, definidos na forma do quadro anexo do artigo 577 da CLT. E os empregados condutores de veículos e motoristas, como categoria diferenciada, nas empresas dos setores a seguir: empregadores na lavoura, empregadores na pecuária e empregados na produção extrativa rural, definidos na forma do artigo 1º das Portarias nºs 71 e 394 do MTPS. Cooperativas em geral, grupo constituído pelas cooperativas de todos os setores econômicos, serviços públicos, empresas de economia mista de serviços públicos e seus concessionários e de outros ramos da economia; empresas públicas de administração direta e indireta cujos empregados sejam regidos o pelo sistema da CLT, com abrangência territorial em Maringá/PR.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 01 de agosto de 2015, ficam garantidos pisos salariais, mensais, aos empregados que exercem a função de Motorista de ônibus; Motorista de transporte de deficientes físicos; Motorista de Micro-ônibus, bem como piso mínimo aos empregados de outras funções, a saber:

- **Motorista de Ônibus.....R\$ 2.029,78**

(dois mil, vinte e nove reais e setenta e oito centavos) por mês;

- **Motorista de Microônibus.....R\$ 1.562,59**

(um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) por mês;

- **Motorista de transporte de deficientes físicos.....R\$ 1.477,41**

(um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos) por mês;

- **Piso mínimo para outras funções:.....R\$ 1.089,00**

(um mil e oitenta e nove reais), por mês.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Aos demais empregados de outras funções, serão garantidos reajustes salariais, a partir de 01 de agosto 2015, no percentual negociado de **10%** (dez por cento), sobre o salário do mês de junho de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DIFERENÇA DE SALÁRIO

Especificamente, no mês de agosto de 2015, de forma destacada, a empresa repassará a todos os seus empregados com o contrato de trabalho ativo no dia 31 de julho de 2015, a título de diferença de salário, o percentual equivalente a 10% (dez) por cento sobre o salário recebido no mês de junho de 2015 e mais 10% (dez) por cento, sobre o salário recebido no mês de julho de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os empregados admitidos nos meses de junho e julho de 2015 receberão a referida diferença, proporcionalmente aos dias trabalhados, de acordo com a data de admissão.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Nos termos da Portaria do Mtb nº 3.281, de 07/12/84, faculta-se à empresa efetuar pagamentos de salários e outros valores devidos aos empregados por intermédio de depósito em conta bancária, que será efetuado em conta individualizada a seu favor, ficando livre o saque, quer seja nos caixas durante o período de atendimento das agências, ou nos caixas eletrônicos em qualquer horário através do cartão magnético.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS

Nos termos do parágrafo 1º do art. 462 da CLT, poderá a empresa descontar de seus empregados em folha de pagamento ou na rescisão de contrato de trabalho, os valores correspondentes aos danos causados contra seu patrimônio ou de terceiros, por sua conduta culposa, devidamente apurada administrativamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além dos descontos previstos no caput desta cláusula, faculta-se à empresa, nos termos da **Súmula 342 do TST**, efetuar descontos na folha de pagamento ou no termo de rescisão de contrato de trabalho dos empregados, das parcelas relativas a mensalidades destinadas à manutenção da associação dos empregados, empréstimos e débitos de convênios mantidos com a Associação dos empregados ou diretamente com a empresa, tais como exemplificadamente e não exaustivamente: supermercados, farmácias, livrarias, açougues, sacolão, postos de combustíveis, loja de calçados, loja de materiais esportivos, inclusive mediante a utilização do cartão **COOPERCARD**, seguro de vida em grupo, mensalidade dos planos de saúde Unimed e Santa Casa Saúde, Santa Rita Saúde, convênios médico/hospitalar, inclusive os mantidos pelo Sindicato, multas por infrações do Código Brasileiro de Trânsito, taxa de reversão salarial, mensalidade para custeio do Sindicato/ASTROPAR (Associação dos Trabalhadores em Transporte do Estado do Paraná), e outros convênios que venham a beneficiar os empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos da lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003, ficam autorizados os descontos em folhas de pagamentos, dos financiamentos e operações de arrendamentos mercantis, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil (empréstimo consignado), aos empregados e sem que se haja nestes descontos solicitados, qualquer responsabilidade solidária da empresa ao empregado ou à instituição financeira.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - POLÍTICA SALARIAL

Caso venha ocorrer alteração na política salarial, que atualmente é a de livre negociação, os salários contratuais previstos na cláusula anterior, nortear-se-ão, pelas regras que vierem a serem estabelecidas.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS COMISSÕES

CLÁUSULA NONA - CONVERSÃO DA COMISSÃO PAGA AOS MOTORISTAS, SOBRE AS COBRANÇAS DE PASSAGENS,

Em função da extinção da cobrança de tarifa em espécie, conforme a disciplina da Lei Municipal n.º 9540/2013 e Decreto Municipal n.º 2.309/2014, no sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Maringá-PR, o motorista deixou de exercer tal mister, motivo pelo qual, pactua-se a conversão do pagamento da comissão de cobrança de passagens, para gratificação de função.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Exclusivamente para os empregados que exercem a função de motorista, a partir de 1º de agosto de 2015, será mantido o pagamento da verba intitulada gratificação de função, no valor mensal de R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de admissão, afastamento e desligamento do motorista a comissão será paga “*pro rata die*”.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - CESTA BÁSICA

Durante a vigência do presente acordo, a empresa concederá mensalmente a todos os seus funcionários, uma cesta básica, que não terá natureza salarial, composta dos seguintes produtos:

- Arroz *agulhinha*, 10 quilos; - feijão *carioca*, 04 quilos; - sal refinado, 01 quilo; - farinha de trigo especial, 03 quilos; - açúcar cristal, 05 quilos; - fubá, 01 quilo; - café moído, 500 gramas - farinha de mandioca, 500 gramas; - macarrão *sêmola espaguete*, 1,5 quilos; - macarrão *sêmola parafuso*, 01 quilo; extrato de tomate, 02 unidades de 140 gramas cada; - óleo de soja, 05 latas de 900 ml cada; 01 pacote de balas gama 100g; 02 pacotes de biscoitos recheados com 100g; 01 milho verde, 200g; 01 ervilha, 200g; 01 sardinha em lata, 130g.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado desligado por qualquer motivo, no curso do mês, não terá direito à cesta básica prevista no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados afastados de suas atividades, com contrato de trabalho suspenso, por motivo de doença, farão jus ao recebimento da cesta básica prevista no caput desta cláusula, até o limite de 01 (um ano) de afastamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que estiverem com seus contratos de trabalho suspensos ou interrompidos, por motivos não mencionados no parágrafo anterior, não farão jus ao recebimento da cesta básica, prevista no caput desta cláusula.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE

Em substituição ao vale transporte, a empresa concederá livre trânsito a todos os seus empregados, nos veículos de sua frota, para os fins específicos de se deslocarem de suas residências ao trabalho e do trabalho às suas residências, sem caráter salarial, estando ou não uniformizados, desde que apresentem seus crachás de identificação funcional, podendo ocupar os assentos quando disponíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa manterá convênio com a empresa, Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda, concessionária dos serviços de transporte metropolitano entre as cidades de Sarandi a Maringá e Maringá a Paçandu, a fim de conceder livre trânsito nos veículos de sua frota, aos seus empregados, também em substituição ao vale transporte, podendo ocupar os assentos quando disponíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para concessão deste benefício, o funcionário deverá apresentar o crachá de identificação (passe livre) nos ônibus das citadas empresas e, em caso

de extravio, reserva-se à empresa o direito de descontar do empregado, quer seja em folha de pagamento ou em rescisão de contratual, o equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado que se afastar de suas atividades profissionais, por quaisquer motivos, ficará impedido de utilizar o crachá de identificação funcional nos ônibus, para os fins de transporte gratuito, devendo devolvê-lo no momento do afastamento.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXILIO FUNERAL

A empresa custeará as despesas decorrentes do funeral de seus empregados, limitado a um salário contratual da função exercida pelo mesmo.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

A empresa instituirá apólice de seguro de vida em grupo, aos Motoristas, até o limite de 10 (dez) pisos salariais, para cobertura de morte por quaisquer causas, em cumprimento a lei 12.619/12.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos Motoristas se assim desejarem, continuarão fazendo parte da apólice de seguro de vida já existente e que contemplam a totalidade dos empregados da empresa, que fixa o capital em caso de morte natural no equivalente a 20 (vinte) pisos salariais e em caso de morte acidental no equivalente a 40 (quarenta) pisos salariais, limitado ao teto de cobertura previsto na apólice.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente acordado que o Motorista e os demais empregados, se optar pelo seguro de vida em grupo, consignado no parágrafo primeiro da presente cláusula, arcará com 30% (trinta por cento) do custo mensal do seguro, autorizando por este instrumento o respectivo desconto em seus vencimentos salariais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Com a opção do Motorista pelo seguro de vida em grupo previsto no parágrafo primeiro, não haverá o custeio do seguro de vida constante no caput da presente cláusula, considerando que empresa contribui com 70% (setenta por cento) do já existente, que é superior a obrigação do seguro a ser criado, prevista na lei 12.619/12.

PARÁGRAFO QUARTO: A opção acima referida é de livre e espontânea vontade do empregado, podendo este, inclusive, pedir sua exclusão a qualquer tempo na vigência do seguro.

PARÁGRAFO QUINTO: No período em que houver a suspensão do contrato de trabalho, por quaisquer motivos, de imediato, o empregado será excluído da apólice de seguro. Entretanto, caso o empregado queira dar continuidade no pagamento das mensalidades, com as mesmas coberturas previstas no caput desta cláusula, deverá comunicar a empresa nos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento.

PARÁGRAFO SEXTO: No período em que houver interrupção do contrato de trabalho, por quaisquer motivos, decorridos os primeiros 30 (trinta) dias de afastamento, o empregado deverá comunicar a empresa, seu interesse em dar continuidade no pagamento do seguro de vida, caso contrário, a critério da empresa, o seguro será cancelado.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de aposentadoria por invalidez, o seguro de vida será cancelado de imediato.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO DE CONTRATO

Os salários e as verbas oriundas da rescisão contratual deverão ser pagos conforme o disposto no § 6º do art. 477 da CLT. O não comparecimento do empregado na data aprazada para o recebimento das referidas verbas, eximirá a empresa do pagamento da multa prevista no § 8º do mesmo artigo,

ficando, porém, a empresa compromissada a comunicar o fato de imediato ao sindicato de sua base territorial.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORISTAS

As partes pactuam a possibilidade de contratação de funcionários para exercer exclusivamente as funções de motorista, com remuneração por hora trabalhada, de acordo com a necessidade das escalas, estabelecendo-se que estas poderão ser inferiores à jornada de 7:20 (sete e vinte) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerando a possibilidade da prestação de serviços com jornada reduzida, permite-se aos funcionários horistas a existência de outro vínculo empregatício, com outro empregador, desde que em horários não conflitantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A modalidade de contrato por hora, prevista no caput desta cláusula, não se equipara, com outra modalidade já existente, qual seja a de mensalistas, na mesma categoria profissional, para todos os efeitos legais.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECRUTAMENTO INTERNO

Na ocorrência de vagas no quadro de empregados, a empresa procurará dar preferência de ocupação aos seus próprios empregados, com capacidade profissional e que preencham os demais requisitos do cargo, como forma de estímulo e progresso do pessoal já empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O critério para seleção dos candidatos internos será pela capacidade técnica já existente, a assiduidade e o tempo de serviço na empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Antes da efetiva promoção, o empregado passará por um treinamento na condição de estagiário no novo cargo, sem majoração ou equiparação salarial, para aprimorar a capacidade técnica desejada, cuja duração será de acordo com o desenvolvimento de cada treinando, limitado ao prazo máximo de 06 (seis) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Cumprido o prazo previsto no parágrafo anterior e independente de qualquer aviso antecedente, não reunindo o candidato as condições exigidas para promoção, será garantido o retorno à função de origem, sem qualquer direito do empregado reclamar diferença salarial ou qualquer outra vantagem.

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ATIVIDADE DO MOTORISTA

Nos termos do art. 235-H da CLT, introduzido pela lei 12.619/12, as partes signatárias reconhecem que faz parte da função do motorista de ônibus, de micro-ônibus, dentre outras, efetuar a cobrança das passagens dos usuários, pelo que pactuam que a cobrança de passagens por parte do motorista será executada dentro da sua jornada normal de trabalho e em nenhuma hipótese caracterizará a ocorrência de dupla função.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições destinadas à função do motorista estão prevista na Classificação Brasileira de Ocupação - CBO, definida pelo Ministério do Trabalho, as quais são compatíveis com sua condição pessoal e, quaisquer alterações em tais atribuições, especialmente, em relação às eventuais cobranças de passagens daqueles passageiros que não portam o cartão passe fácil, dependerão de prévia anuência do poder concedente.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - UTILIZAÇÃO DE CARTÕES

Para os casos em que o passageiro efetua o pagamento da tarifa em dinheiro, fica terminantemente proibido o motorista utilizar cartões Passe Fácil de usuários, para liberar a catraca, vez há dispositivo para esse fim, denominado botoeira, instalado no painel do veículo, haja vista inclusive, a diferença do valor da tarifa, cobrado daqueles que pagam em dinheiro, diretamente ao motorista, e aqueles que compram antecipadamente seus créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMERCIALIZAÇÃO DE BILHETES OU CARTÕES

Aos empregados que no exercício de suas atividades profissionais, executam cobranças de passagens dos passageiros, não são permitidas as aquisições de bilhetes e/ou cartões passe-fácil, (vale transporte, estudante ou quaisquer outros tipos), em valores inferiores ao da tarifa cobrada e comercializá-los no exercício de suas funções, colando-os e apresentando-os na prestação de seus caixas, ou utilizando-os como troco a passageiros e apropriando-se da diferença da tarifa, sob pena de rescisão contratual, por justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TESTE E PROGRAMA DE CONTROLE DE USO DE DROGA E DE BEBIDA ALCOÓLICA

Nos termos do Art. 235-B, inciso VII da CLT, introduzido pela Lei 12.619/12, o motorista deverá se submeter a teste e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, sempre que venha a ser exigido pela empresa, com ampla ciência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Tendo por objetivo a política de prevenção de acidentes, inclusive do trabalho, bem como a segurança no trânsito com vistas aos passageiros, a empresa poderá fazer uso do aparelho de medição de teor alcoólico no sangue (bafômetro), junto aos seus motoristas e demais empregados, antes, durante e após a jornada de trabalho, de forma diária, esporádica e/ou aleatória.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica expressamente ressalvado que a adoção da providência acautelatória de segurança, referida caput da presente cláusula e no parágrafo anterior, não caracteriza nenhuma ofensa ao direito da personalidade do obreiro, com vistas à eventual pedidos indenizatório por danos materiais e/ou morais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: De acordo com o § único do art. 235-B, da CLT, introduzido pela lei 12.619/12, a recusa do empregado em submeter-se ao teste do bafômetro e ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, será considerada infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Nos termos da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Novo Código de Trânsito Brasileiro e as infrações nele tipificadas, os empregados que exercem a função de motorista têm por obrigação funcional conhecer e obedecer rigorosamente todas as normas ou regras nele contidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de aplicação de multas por infração às normas de trânsito, instituídas pelo município ou estado, emitidas em nome da empresa, fica esta autorizada a informar ao DETRAN o nome do condutor infrator, no prazo estabelecido no § 7º do Art. 257 do Código Brasileiro de Trânsito, ficando o empregado responsável pelo ressarcimento do valor da multa, qualquer que seja a sua gravidade, autorizando o desconto do valor correspondente, quer seja em folha de pagamento ou em rescisão de contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de recebimento de notificação de auto de infração de trânsito praticada por ex empregado, no exercício de sua atividade laboral, na época em que o contrato de trabalho estava vigente, cabe a empresa notifica-lo e indica-lo como condutor, que deverá firmar formulário de identificação e fornecer os dados e documentos, na forma estabelecida em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ocorrendo a hipótese de suspensão temporária ou até a cassação do documento de habilitação, as partes contratantes reconhecem que a manutenção do emprego do motorista fica totalmente inviabilizada pelo que, pactuam expressamente, seja a dispensa, nesses casos, realizadas nos termos do art. 482 da CLT, mesmo que as infrações tenham sido cometidas fora do horário de trabalho, ficando facultado ao empregado a opção de solicitar o seu pedido de demissão.

PARÁGRAFO QUARTO: Na ocorrência da situação acima (suspensão ou cassação da CNH), caberá ao motorista, imediatamente após à ocorrência, comunicar o fato, por escrito, à empresa.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - MONITOR DE TREINAMENTO

Os funcionários que se habilitarem na condição de monitor de treinamento na empresa, quando convocados, poderão exercer suas atividades, ora como multiplicador de informações, ora no exercício de sua função de origem, de acordo com as necessidades da empresa, sem a caracterização de exercício de dupla função, mesmo na condição de prestação de serviços para outras empresas do mesmo grupo econômico.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por iniciativa de quaisquer das partes, o monitor de treinamento poderá retornar a exercer somente a função de origem, sem que haja qualquer vantagem a ser sustentada pela empresa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada normal de trabalho dos empregados será de 7:20 hs. (sete horas e vinte minutos) diárias ou 44:00 hs. (quarenta e quatro horas) semanais, ficando acordado que os **motoristas**, terão suas jornadas laborais conforme a **tabela de horários das linhas**, já de seus prévios conhecimentos, não se caracterizando tempo à disposição do empregador a eventual chegada ao local de trabalho, **antes do horário constante da referida tabela**, uma vez que os ônibus já se encontram limpos, abastecidos e prontos para o início da jornada.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ACORDO PARA PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Nos termos do § 6º Art. 235-C, da CLT, introduzido pela lei 12.619/12, o excesso de horas de trabalho realizado em um dia poderá ser compensado, pela correspondente diminuição em outro dia, no curso do período mensal de anotação do ponto (*entre os dias 21 do mês ao dia 20 do mês seguinte*), nos termos do art. 59, § 2º da CLT, sem a fixação de horários, face às peculiaridades das atividades desenvolvidas pelos motoristas e demais funcionários da área operacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a empresa não faça a compensação integral das horas extras, com a devida diminuição em outro dia, no período de fechamento do cartão de ponto, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, deverá efetuar o pagamento das horas não compensadas, com o devido adicional de 50%.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os demais funcionários da área de manutenção e administração, a empresa poderá ser dispensada do pagamento das horas extras, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período de 90 (noventa) dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a empresa não faça a compensação integral das horas extras, com a devida diminuição em outro dia, no período estabelecido no parágrafo anterior ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, deverá efetuar o pagamento das horas não compensadas, com o devido adicional de 50%.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AMPLIAÇÃO E/OU FRACIONAMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADAS

Fica expressamente convencionado na forma do art. 71 caput da CLT, a possibilidade de ampliação do intervalo para descanso intrajornadas (repouso ou alimentação) de trabalho em até **5:40** (cinco horas e

quarenta minutos), de acordo com a escala de horário de trabalho pré-fixada e de conhecimento antecipado dos empregados, usufruindo o tempo de intervalo com ampla liberdade e como melhor lhes convier e, conforme § 10º do artigo 235-E da CLT, introduzido pela Lei 12.619/12, não será considerado tempo de trabalho efetivo, nem à disposição do empregador, mesmo se eventualmente gozados no interior do veículo ou nas dependências da empresa ou terminais de embarque/desembarque.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de concessão de intervalo intrajornadas ampliado até o limite de **5:40** (cinco horas e quarenta minutos), não poderá comprometer o cumprimento da concessão do intervalo mínimo interjornadas de **11:00** (onze horas), consecutivas para descanso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos do § 5º do art. 71 da CLT, introduzido pelo art. 4º da lei 12.619/12, o intervalo previsto no caput desta cláusula, poderá ser fracionado quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, ante a natureza da atividade e em virtude das condições próprias da função de motorista, fiscal e afins nos serviços de operação de transporte de passageiros em linhas urbanas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos termos do § 5º do art. 71 da CLT, introduzido pelo art. 4º da lei 12.619/12, os intervalos previstos no caput e § 1º do artigo 71 da CLT, poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, ante a natureza da atividade e em virtude das condições próprias da função de motorista, nos serviços de operação de transporte de passageiros em linhas urbanas, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

PARÁGRAFO QUARTO: Face às peculiaridades dos serviços de transporte coletivo de passageiros, fica convencionado que os empregados terão conhecimento da escala de horário de trabalho, bem como dos intervalos para alimentação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, à exceção dos motoristas escalados como "reserva" (plantonistas), que deverão ser avisados da escala de trabalho e intervalo intrajornada com o mínimo de 03 (três) dias de antecedência.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Nos termos do Artigo 6º da lei 605, de 05 de janeiro de 1949, não será devida a remuneração quando, sem motivo justificado, o empregado não tiver trabalhado durante toda a semana anterior, não cumprindo integralmente o seu horário de trabalho. São motivos justificadores de ausência aqueles definidos no artigo 6º da Lei 605/49, em seus parágrafos primeiro, letra "a" a "f" e segundo, bem como a licença paternidade de 5 (cinco) dias corridos, nos termos do artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FECHAMENTO DE PONTO

Fica estabelecido que o período de anotação do trabalho nos cartões de pontos, para os fins de cálculo de horas extras, adicional noturno, feriados trabalhados e quaisquer outras parcelas salariais variáveis, será do dia 21 de um mês até o dia 20 do mês seguinte, face à necessidade de maior tempo para a elaboração da folha de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS

Nos termos do art. 2º, inciso V, da lei 12.619/12, a jornada de trabalho do motorista, poderá ser controlada pelo empregador, valendo-se de papeleta, controle ou ficha de jornada de trabalho externo ou de outros mecanismos válidos, ou, ainda, de meios eletrônicos idôneos instalados nos veículos, a critério exclusivo da empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em razão das peculiaridades dos serviços de transporte coletivo de passageiros urbano, no cumprimento das tabelas de horários definidas pelo poder concedente, estas servirão de parâmetro para o apontamento das jornadas cumpridas pelos motoristas, a serem transportadas para um dos controles de ponto previsto no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As jornadas a serem lançadas no controle de ponto dos motoristas, além dos horários previstos nas tabelas definidas pelo poder concedente, deverão contemplar, o tempo necessário desde a preparação do veículo no pátio da empresa, (verificação de existência de avarias e abertura de serviços), até o recolhimento do veículo no pátio da empresa, (estacionamento no portão de entrada da garagem), bem como o tempo necessário para o acerto de caixas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de o trabalho ultrapassar o horário previsto na tabela, o tempo adicional será registrado para efeito de compor a real jornada de trabalho realizada.

PARÁGRAFO QUARTO: As escalas de trabalho extraídas das tabelas de horários deverão estar sempre disponíveis aos funcionários, nos terminais de consulta (garagem da empresa e terminal), para os fins de conferência da jornada de trabalho cumprida e transportada para o controle de ponto.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO DO MENOR

Nos termos do art. 413, inciso I, da CLT, fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho do menor, desde que o excesso de horas de um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA VARIÁVEL

Em razão das peculiaridades do serviço essencial de transporte coletivo de passageiros, os empregados ficam sujeitos ao cumprimento de jornadas de trabalho variadas, mas antecipadamente avisadas, não se caracterizando, por isso, em qualquer hipótese, a jornada de trabalho de 6 (seis) horas, conforme disposto no art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME

A empresa concederá gratuita e anualmente aos seus empregados, motoristas e demais funcionários da área operacional, 03 (três) camisas, 02 (duas) calças e 01 (uma) gravata, a título de uniforme, cujo padrão é de conhecimento das partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos novos empregados admitidos, no curso do contrato de experiência, serão concedidos a título de uniforme, 02 (duas) calças, 02 (duas) camisas e 01 (uma) gravata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em havendo rescisão contratual dentro do período experimental, por iniciativa de quaisquer das partes, o empregado devolverá os respectivo uniforme e fora dele, o último jogo, sob pena de ressarcir a empresa com o valor dos mesmos, nas verbas rescisórias.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EXAME DEMISSSIONAL

Nos termos do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, NR 7 do Mtb, itens 7.4.3.5 e 7.4.3.5.2, fica acordado entre as partes, a prorrogação do prazo de dispensa da realização

do exame médico demissional de 90 dias para até 180 dias, após a data da realização do último exame médico periódico ou de retorno às atividades, em caso de afastamento por auxílio doença.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos fornecidos por médicos do SUS, de empresas privadas especializadas, instituições públicas e sindicatos, que mantenham contrato e/ou convênios com a Previdência Social, com objetivo de justificar faltas ao serviço por doenças até 15 (quinze) dias, devem atender aos seguintes requisitos:

- a) constar o tempo de afastamento concedido ao segurado, por extenso e numericamente;
- b) conter a assinatura do médico sobre carimbo, no qual conste o nome completo e registro no respectivo conselho profissional;
- c) as datas de atendimento, início da dispensa e emissão do atestado não poderão ser retroativas e deverão ser coincidentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Face à existência do SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho) na empresa, os atestados médicos apresentados, em atendimento aos requisitos previstos no caput desta cláusula, passarão pelo crivo do Médico do Trabalho da empresa, para análise e aceitação ou não do mesmo.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA DE DIRETOR DO SINDICATO

A empresa assumirá o ônus do salário contratual correspondente aos dias em que os diretores do sindicato representativo da categoria profissional, não licenciado, forem devidamente convocados por escrito para prestarem serviços junto à entidade, limitando-se a 30 (trinta) dias por ano.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica ajustada a possibilidade de ampliação do limite de 30 (trinta) para no máximo 60 (sessenta) dias, de acordo com a necessidade devidamente comprovada.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A empresa descontará na rubrica contribuição assistencial, conforme decisão das respectivas assembleias gerais dos sindicatos profissionais, na folha de pagamento do mês de maio de 2016, o equivalente a 1 (um) dia do salário contratual de cada trabalhador, abrangido por este acordo, associado ou não ao sindicato, conforme assembleia da categoria realizada no mês de novembro de 2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As contribuições deverão ser recolhidas ao sindicato beneficiário, conforme respectiva base territorial, até o quinto dia útil posterior ao do legalmente considerado para o pagamento do salário mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Comprometem-se os sindicatos a remeterem à empresa, as guias próprias, para o recolhimento especificado na presente cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento no prazo, caberá à empresa, o pagamento de uma multa no valor de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela em atraso, calculando-se sobre o salário vigente na época do pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SRT/MTE n. 04 de 20/01/2006, a seguir transcrita: Para exercer o direito de oposição o trabalhador deverá apresentar no sindicato, carta escrita de próprio punho no prazo de 10 (dez) dias, antes do primeiro pagamento e após o depósito do instrumento coletivo do trabalho da Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego no estado do Paraná, e divulgação do referido instrumento pelo sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, esta poderá ser remetida pelo correio com aviso de recebimento.

PARÁGRAFO QUINTO: Quaisquer divergências, esclarecimentos ou dúvidas deverão ser tratadas diretamente com o Sindicato Profissional, que assumem todas e quaisquer responsabilidades em relação ao que foi pactuado nesta cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FUNDO ASSISTENCIAL

Durante a vigência do presente acordo coletivo, a empresa contribuirá, mensalmente, com o equivalente a R\$ 5.183,33 (cinco mil, cento e oitenta e três reais e trinta e três centavos), sendo que R\$ 2.253,63 (dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) será destinado a FETROPASSAGEIROS e R\$ 2.929,70 (dois mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta centavos) ao Sindicato Profissional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A presente cláusula resulta da vontade coletiva expressada na assembleia geral da categoria profissional realizada no mês de novembro de 2014, além de ser comunicada através de edital e de boletim específico a todos os trabalhadores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos serão arrecadados mediante cobrança bancária e movimentados através da conta corrente na entidade sindical profissional, sendo a arrecadação e aplicação desses recursos devidamente contabilizados e submetidos à análise e aprovação do conselho fiscal e das assembleias de prestação de contas da entidade e com publicação obrigatória do balanço geral contábil no diário oficial do estado ou em jornal de circulação na base territorial do sindicato profissional.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Todos os recursos arrecadados com base nesta cláusula serão aplicados na formação profissional dos membros da categoria, manutenção da estrutura operacional, em serviços assistenciais da entidade sindical profissional.

PARÁGRAFO QUARTO: Em observância à convenção 98 da OIT, nenhuma interferência ou intervenção da empresa será admitida nas deliberações e serviços da entidade sindical profissional, assim como na aplicação dos referidos recursos financeiros originados desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO: O sindicato profissional encaminhará com a necessária antecedência a ficha de compensação bancária destinada ao recolhimento referido na cláusula, cabendo a empresa proceder ao recolhimento até o dia 15 (quinze) posterior a data do pagamento dos salários e remeter a relação de empregados associados e não associados do sindicato que originou o valor recolhido, com detalhamento do nome, função e remuneração respectiva de cada empregado, sob pena de multa de 2% (dois por cento).

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS

Ajusta-se entre o sindicato aqui denominado, que as Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, celebrados por ele isoladamente ou em conjunto com outros Sindicatos Profissionais, com o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, **(RODOPAR)** Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais de Maringá, **(RODOMAR)**, Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Paraná **(FETROPASSAGEIROS)** ou outros Sindicatos Patronais da mesma categoria econômica, aplicável ao Transporte Urbano, não são extensivas e nem obrigam a empresa Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda, a cumprir suas regras.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMPETÊNCIA DE FORO

Os casos omissos e dúvidas da aplicação do presente acordo serão preliminarmente resolvidos entre as partes signatárias, com seus representantes legais e na impossibilidade de uma solução, necessitando de interferência judicial, elegem de comum acordo o foro desta comarca de Maringá, com renúncia expressa aos demais por mais privilegiados que sejam.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO REVISÃO

A prorrogação, revisão total ou parcial dos dispositivos do presente acordo será processada na forma estabelecida em lei, ficando, porém, estabelecido que 60 (sessenta) dias antes do término do presente as partes iniciarão as negociações para eventual renovação.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ACORDO

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente acordo na presença de testemunhas abaixo assinadas em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhadas ao órgão competente para homologação e registro.

Maringá - PR., 07 de agosto de 2015.

**ARMANDO ROBERTO JACOMELLI
ADMINISTRADOR
TRANSPORTE COLETIVO CIDADE CANCAO LTDA**

**RONALDO JOSE DA SILVA
PRESIDENTE
FEDERACAO DOS TRAB NAS EMP DE TRANSP DE PASS DO EST DO**

**RONALDO JOSE DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS
DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA**

ANEXOS ANEXO I - ATA DA ASSEMBLÉIA

[Anexo \(PDF\)](#)

[Anexo \(PDF\)](#)

[Anexo \(PDF\)](#)

[Anexo \(PDF\)](#)

[Anexo \(PDF\)](#)

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.